

ÉTICA E POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Eni Puccinelli Orlandi

DL/IEL - Labeurb/Nudecri - Unicamp

RESUMO: A partir de uma posição discursiva, este texto discute questões relativas a diversos aspectos que podem assumir os princípios que estão em jogo no estabelecimento de políticas sobre línguas. Esta discussão toma como lugar de reflexão questões postas pela diversidade de línguas no Brasil em confronto com a unidade lingüística do Estado brasileiro.

Introdução

DE INÍCIO se faz necessário enunciar alguns pressupostos dessa reflexão: a) as línguas não são homogêneas, elas se constituem de regiões cuja estabilidade é desigual; b) há uma relação língua/discurso que pode ser observada no fato de que falamos a mesma língua mas falamos diferente. Estes dois pressupostos colocam que a questão da política lingüística é uma questão que faz valer a diferença no interior de uma mesma língua. Outro pressuposto que orientará nossa exposição é o de que há limites muito frágeis e nuançados entre línguas diferentes em situação de contato, o que resulta na presença de toda forma de mistura em seus modos indistintos.

Com a noção de discurso podemos deslocar o modo como é concebido o papel da língua nacional e sermos críticos à relação em geral considerada direta entre língua e nação, o que não deixa de se relacionar com a crítica que fazemos da noção de língua como *visão de mundo*. A relação língua/pensamento/mundo é indireta e bem mais complexa assim como também o é a relação entre a língua, os processos identitários e a nacionalidade (E.Orlandi,1996).

Retomando alguns fatos que mostram essa complexidade, fazendo-nos refletir sobre o fato de que a relação entre língua e nação não é direta, nem automática, nem evidente, temos, no Brasil:

1. Línguas indígenas que desapareceram dada a relação de contato com os brancos mais ou menos violenta: há povos que não falam mais a língua indígena mas nem por isso deixam de ser índios. Quanto a isso

é importante sermos sensíveis aos modos de transferência dos processos de identidade. Há migração dos sentidos relativos à identidade que se deslocam para outros lugares simbólicos - como a música, o xamanismo, etc - ou para um discurso em que os traços da relação com a língua irrompem na discursividade, transformando-a. É o caso, por exemplo, do discurso Pataxó-Hã-Hã-Hã (cf. E. Orlandi, 1990).

2. Índios que falam línguas produzidas por missionários (em seu trabalho de catequese) e mesmo por lingüistas e antropólogos (que pretendem *revitalizar* a cultura indígena, ensinando língua indígena para o índio, colocando-se em seus lugares como enunciadores “nativos”) e que não correspondem mais a uma história autóctone.

É interessante notar que também aqui há resistência e pode haver um trabalho de refuncionalização histórica (pelos índios) desses artefatos que pretendem reconstituir a língua. Conseqüentemente, às vezes, há historicização da língua construída e resignificação histórica da identidade pelos índios, mesmo nesses casos.

3. Há resíduos produtivos da Língua Geral, em suas diferentes modalidades, falada maciçamente nos séculos XVII e XVIII no Brasil todo e que ainda sobrevive, mesmo que invisível na língua nacional, ou em falares de regiões mais densamente habitadas por populações indígenas, no norte do Brasil, onde a memória se incumbe de reatar o fio da história.

4. Há ainda os vestígios dos dialetos africanos incorporados pela língua nacional e os falares (secretos ou não) marcadamente africanos em diferentes grupos populacionais brasileiros.

5. Há os indícios de línguas de imigrantes como o português macarrônico ou falares claramente marcados pela influência italiana, ou alemã, ou polonesa, ou japonesa.

6. Finalmente, temos a relação entre o português do Brasil, afetado por todos esses processos identitários nessas configurações históricas da língua, e o português de Portugal, língua de colonização (cf. E. Orlandi, 1993: “Língua Brasileira”).

Toda essa complexidade resulta da relação de uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a diferentes

ordens simbólicas sem no entanto deixar de representar a necessidade de unidade, seja ela qual for.

Não há língua nacional, aliás, que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambigüidades, tensões com outras línguas.

A relação língua/nação é matizada por muitos processos e é só em uma relação de consistência histórica singular entre a língua e seus falantes que podemos avaliá-la.

Não é preciso que um sujeito esteja claramente inscrito em uma língua para ter sua identidade configurada, dada esta plasticidade que o faz passageiro de várias ordens do símbolo (língua indígena, português, brasileiro, italiano do imigrante etc). Ele aí se identifica pelo jogo, pela falha, pela deriva, pelo deslocamento, pelas ilusões.

Feitas essas observações, estamos em medida de entrar no assunto próprio a esta reflexão.

A Política das Línguas e seus Sentidos

Falar é uma prática política no sentido amplo, que considera as relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem. Paralelamente a esta forma geral de presença do político na linguagem, nós podemos considerar uma noção mais restrita, mais técnica: é a política das línguas ou a política lingüística que tomarei aqui em seus empregos praticamente sinônimos.

Haverá sempre diferentes sentidos a atribuir ao que é a política lingüística, indo-se da tematização formal de uma política lingüística explícita assumida claramente como organizacional, até a observação de processos institucionais menos evidentes, presentes de forma implícita nos usos diferenciados (e que produzem diferenças) das línguas.

Em relação a esta variedade de perspectivas e de fatos pensamos a política lingüística a partir de três posições distintas¹:

1. As políticas lingüísticas como razões do Estado, das Instituições que colocam a questão da *unidade* como valor (princípio ético);

2. As políticas lingüísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, entre Estados: a questão da *dominação* como valor (princípio ético);

3. As políticas lingüísticas como razões relativas aos que falam as línguas : a questão da *diversidade* como valor (como princípio ético).

Como são três posições que correspondem a diferentes razões, os princípios éticos são diferentes e, como veremos, estão quase sempre em relação de contradição. A questão posta, segundo o que pensamos, é a de fazer face e não apagar essa relação contraditória.

Posição 1

Podemos referir aqui a questão da língua nacional no Brasil como um dos elementos de definição da identidade brasileira. Esta questão leva à consideração da variação (e por aí da diversidade) na medida em que ela pode caracterizar o Brasil como um país distinto de Portugal. Mas, por outro lado, isto se inscreve na constituição da unidade necessária (ou de uma nova unidade) nesse novo espaço que é o Brasil. Assim, os indigenismos, os africanismos, os provincianismos, os regionalismos aparecem como diferenças “domesticadas”, enquanto características do Brasil. Em outras palavras, todas as diversidades dos falares e a diversidade do conjunto das línguas indígenas brasileiras e das línguas africanas faladas no Brasil são referidas à unidade da língua nacional. Elas se organizam em relação a essa unidade. O que há de específico é que esta unidade não é referida ao português de Portugal mas ao do Brasil. A universalidade muda seu eixo, no processo de historicização - que inclui a gramatização do português brasileiro (E. Orlandi e E. Guimarães, 1998) - do lado de cá do Atlântico: o domínio de “nossa” universalidade é o território brasileiro.

Não pensamos que o Estado - se consideramos a situação brasileira - pode pensar o princípio da diversidade como um princípio de sua política lingüística. Teríamos cerca de 180 línguas oficiais no Brasil. Mesmo em casos menos radicais de multilingüismo, este não pode ser concebido senão no interior do Estado/Nação. São línguas do Estado

aquelas que o Estado define como sendo suas línguas e que ele regula em sua unidade. Não há Estado sem unidade (tendencial, imaginária, talvez, mas necessária). É preciso então acentuar o fato de que a constituição de uma língua nacional trabalha de modo específico a relação entre as línguas indígenas e as línguas européias na situação de colonização.

Posição 2

Toda a história das conquistas da Antiguidade, por exemplo, estabelece uma relação de dominação da língua do conquistador sobre o povo submetido. Durante a Idade Média a língua do Saber é o Latim. Quando isto muda, toda uma política lingüística se transforma e as línguas nacionais emergem. É o momento também da gramatização maciça das línguas européias.

Atualmente há o caso do Inglês como língua franca da ciência, das comunicações, na internet etc. E isto não é um fato da Inglaterra mas das relações de dominação dos Estados Unidos. Como pensar este fato?

Isto põe a questão da globalização que retomaremos mais adiante. Gostaria de adiantar somente que a noção de “global” apaga a existência dos limites entre os países e coloca em jogo a idéia de “transnacional”.

Posição 3

É a posição que toma como valor a diversidade concreta das línguas.

O que significa a alfabetização nas línguas indígenas ou em português no Brasil? É possível pensar um processo de gramatização das línguas indígenas no Brasil (cerca de 170 línguas), é possível pensar a publicação de livros em língua indígena?

Houve, no Brasil, uma grande riqueza de línguas (tínhamos cerca de 1000 línguas no momento da descoberta) e a imposição de uma

unidade imaginária construída e imposta no curso de nossa história decidiu seguramente o destino da população indígena, muito dinâmica, na prática de uma enorme diversidade concreta de suas línguas. A política lingüística - compreendida como uma política sobre a língua e sobre a produção do conhecimento das línguas - tem aqui um sentido muito preciso praticado institucionalmente durante a colonização pela catequese e pelo governo português no Brasil. Isto diz respeito à etapa da colonização. A formação do Brasil enquanto Nação é mais complexa e merece uma reflexão mais aprofundada. A relação língua/nação é modalizada por vários processos e é só em uma relação singular, como dissemos, de consistência histórica entre a língua e aqueles que a falam que podemos compreender essa relação.

Essa posição faz intervir na realidade a posição 1, o que nos mostra que unidade e diversidade são noções inseparáveis e por isso devem ser tratadas conjuntamente. Mesmo porque, em uma sociedade como a nossa, em sua história, o princípio ético está justamente não em apagar mas em se trabalhar a contradição unidade/diversidade.

Unidade, Diversidade, Estado, Nação

A questão da unidade não é exclusiva da noção do Estado. Ela já está presente como condição necessária na própria constituição de qualquer língua. Há uma dualidade contraditória na constituição das teorias lingüísticas e na história de seus confrontos, dualidade necessária se se pensa o objeto língua exposto ao fato de que existem línguas. Nessa relação equívoca entre língua/línguas a questão da língua é uma questão do Estado com suas políticas de invasão, de absorção das diferenças e de sua anulação que supõe antes de tudo que essas diferenças sejam reconhecidas, dizem Gadet e Pêcheux (1981). Trata-se aí da relação tensa mas necessária entre a forma logicista de um sistema jurídico concentrado em um centro único e a forma sociologista de uma absorção negociada da diversidade. Em outras palavras, há um jogo contraditório entre a igualdade juridicamente autorizada e a absorção politicamente negociada da diversidade, sendo que este jogo reflete tanto a condição de existência da língua (nacional) como a do Estado. A produção de um conhecimento sobre a língua e as políticas das línguas não podem pois deixar de ter uma relação com este jogo contraditório. É preciso aqui acentuar a importância da

produção dos instrumentos lingüísticos (S. Auroux, 1993) - a gramática e o dicionário - nessa questão de unidade e diversidade concreta. Podemos mesmo afirmar que a forma da gramática desempenha um papel decisivo na questão da política das línguas (em particular em seu ensino). Assim, a questão ética não se coloca apenas quando adotamos essa ou aquela “atitude” frente o excluído, ela se coloca já no momento em que nos filiamos a essa ou aquela teoria lingüística, gramatical etc.

Ao invés de considerar uma oposição estrita entre unidade e diversidade, consideramos essa relação como uma relação necessária e dinâmica. As políticas lingüísticas são o lugar material de realização dessa relação historicamente necessária em uma sociedade como a nossa.

Com efeito, no que concerne a relação entre diferentes línguas, diferentes culturas, recusamos a oposição entre empirismo e racionalismo, recusamos o falso dilema que nos leva a estar ou do lado do relativismo ou do lado do racionalismo e colocamos a necessidade de acolher a dualidade unidade/diversidade como constitutiva da relação entre línguas. Nós nos situamos assim em uma posição historicista que leva em conta a materialidade da língua (relação língua/discurso).

Do ponto de vista da ética, creio que esta posição (materialista) evita alguns inconvenientes em relação a um certo humanismo que vejo dominante em situações de contato entre diferentes culturas, diferentes línguas no Brasil. Como há em toda ética uma necessidade universalizante, desde que não estamos em uma posição materialista acabamos por pender para o humanismo. De seu lado, este humanismo é alimentado pelo naturalismo dessa posição universalizante de tal modo que se pretende poder “dar assistência” às minorias, colocando-nos em seus lugares, fazendo parecer que lhes damos com uma mão o que na realidade lhes tomamos com a outra: seu direito à história. Nossa resposta a isto é fazer a crítica de toda política das boas intenções, de toda política assistencialista, do missionarismo. Ao contrário, nós propomos uma posição de responsabilidade, relações claras e diretas, explícitas em relação a nossos objetivos, com filiações teóricas assumidas. Do ponto de vista teórico, fazer essas críticas significa fazer a crítica das posições de um certo pragmatismo, que deriva de uma posição neo-positivista que desconsidera a historicidade e a materialidade dos fatos simbólicos, apagando o político enquanto tal.

Nesta direção, podemos acrescentar que a própria noção de fato político, econômico, mediático da “globalização” é um sub-produto deste efeito pragmático da noção de universal. A globalização reduz o universal a seu aspecto pragmático, o que evidentemente tem efeitos sobre a questão da política lingüística de que estamos falando.

O Brasil e a Política das Línguas

Para terminar, gostaria de referir à situação de contato precisa no Brasil. Temos aqui a relação entre europeus e índios mas também entre diferentes europeus que migraram para o Brasil. Minha posição é a de reagir aos discursos fixistas (no que concerne os europeus) e assistencialistas (no que concerne os índios). De um lado, se propõe o endurecimento da memória “original”, em geral transatlântica, como se se pudessem estancar os percursos simbólicos e históricos da migração. De outro, dizem, seria necessário formar entre os índios “agentes culturais” para ajudá-los a “recuperar” suas culturas, para resgatar sua cultura, como se a cultura estivesse em algum lugar já completamente feita como tal. Em uma posição materialista, sabemos que a identidade é um movimento na história. Não podemos pois evitar a transformação. Ao contrário, é preciso trabalhar as condições para que haja re-significação tanto dos sentidos como dos sujeitos nas situações de contato entre línguas (e culturas). Assim, minha posição - já explicitada em trabalhos que publiquei nos anos 80 - é a de considerar que é preciso deixar um espaço, seja para o imigrante seja para o índio, um espaço para que ele possa elaborar sua situação de contato e para que ele possa participar dinamicamente deste trabalho de compreensão e de elaboração de sua situação lingüística enquanto sujeito que pratica sua cultura em uma diferença politicamente significada. Atingimos assim o sentido mais importante da política lingüística: podemos praticá-la não como uma vontade exclusiva do poder mas como um trabalho que coloca em relação o político, o sujeito, a língua, as línguas e o saber sobre as línguas.

Embora a ética diga respeito às ações, ao comportamento humano - distinguindo o que convém fazer ou obter para um indivíduo, um grupo ou para todos os homens - seria reduzir a questão ética a uma sua interpretação imediatista e estritamente pragmática, se a pensássemos apenas em relação aos fins ou conseqüências práticas da

ação humana. Incluindo seu papel intelectual e o fato de que ela abre para diferentes domínios, temos as éticas sexuais, as éticas profissionais e também a ética da pesquisa científica. E é nesse domínio, extremamente rico, dado o desenvolvimento tecnológico e científico de nossa civilização, que incluímos essa nossa reflexão sobre a ética lingüística. Nesse sentido, a ética lingüística tem sido pouco trabalhada em seu aspecto de pesquisa científica. Isto porque, o viés pragmático e humanista que envolve as questões lingüísticas - procurando “resgatar” culturas e corrigir deficits educacionais e sociais através de um “bom” ensino de língua - só permite trabalhar a questão ética pensando-se os resultados e não os pressupostos do trabalho da e sobre a linguagem. Saindo pois dessa redução, podemos dizer que a questão ética deve ser remetida ao modo de produção do conhecimento lingüístico em nossas sociedades. Ou seja, deslocamos a questão ética e política que toca a produção lingüística dizendo que a nossa inscrição em uma filiação teórica ou outra é já uma questão de ética e política lingüística. O saber metalingüístico que produzimos, e que deve estar à disposição de todos na sociedade, já traz inscritas suas direções e conseqüências no momento mesmo em que o formulamos. E sua formulação deriva do lugar (teórico-científico) em que ele se constitui produzindo efeitos sobre os sentidos dos objetos que ele produz. Assim, compreender a história da constituição do conhecimento gramatical no Brasil implica em compreender a maneira como produzimos saberes e tecnologias que sustentam as formas institucionais de nossa relação com a língua e, logo, com o Estado brasileiro.

Notas

¹ Agradeço a Eduardo Guimarães as sugestões que permitiram a organização dessas posições.

BIBLIOGRAFIA

- AUROUX, S. (1993) *A Revolução Tecnológica da Gramatização*, Ed. Unicamp, Campinas.
- ORLANDI, E. (1990) *Terra à Vista*, Ed. Cortez/Unicamp, São Paulo.
- ORLANDI, E. (1993) “Língua Brasileira” in *Anais*, Abralín, SBPC, São Paulo.
- ORLANDI, E. e E. GUIMARÃES (1998) “La formation d’un espace

de production linguistique” in *L’Hyperlangue Brésilienne* ,
Langages , S. Auroux, E. Orlandi e F. Mazière (Orgs.), Larousse,
Paris.

PÊCHEUX, M. e F. GADET (1981) *La langue Introuvable* , Maspero,
Paris.